



Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de Doutor Maurício Cardoso

GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 1.751/2013 DE 16 DE JULHO DE 2.013.

**“ALTERA A LEI MUNICIPAL 1.126/2006 DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE DOUTOR MAURICIO CARDOSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**NOLI ROQUE AIMI, PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE DOUTOR MAURICIO CARDOSO**, Estado do Rio Grande do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei.

**Art. 1º** Acrescenta o § 4º no Art. 9º da Lei Municipal nº 1.126/2006 de 09 de outubro de 2.006.

**“§ 4º** A licença concedida tem natureza precária, podendo ser modificada, suspensas ou revogadas as condições estabelecidas, em ato motivado e em caso de: **(AC)**”

- I – Omissão ou falsidade de informações;
- II - Violação de Condições estabelecidas para a concessão da licença;
- III – Superveniência de novos ou maiores riscos ambientais ou saúde humana.

**Art. 2º** Acrescenta o Parágrafo Único no Art. 10. Da Lei Municipal nº 1.126/2006 de 09 de outubro 2.006.

**“Parágrafo único.** Consideram-se taxas ambientais as licenças prévias, de instalação e de operação das atividades elencadas na legislação pertinente, conforme previsto nas Resoluções 237/98 e 05/98 do **CONSEMA. (AC)**”

**Art. 3º** Acrescenta o Inciso I no parágrafo único no art.15. da Lei Municipal nº 1.126/2.006 de 09 de outubro de 2.006.

**“I -** As multas decorrentes de crimes ambientais terão seus valores adotados em função de legislação federal que rege a matéria e o rito do ato administrativo será o contido na Lei Federal 9.605/98. **(AC)**”

**Art. 4º** Acrescenta o Art. 22-A e o Art. 22-B no Art. 22. da Lei Municipal nº 1.126/2.006 de 09 de outubro de 2.006.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**Prefeitura Municipal de Doutor Maurício Cardoso**

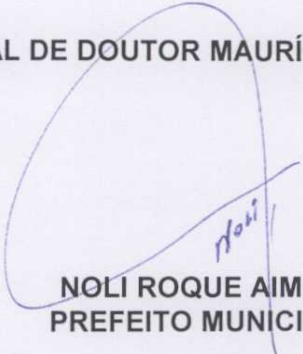
**“Art. 22-A** Todo empreendimento que deseja adquirir o Alvará de Licença para localização, deverá obrigatoriamente possuir licença ambiental ou declaração de isento, expedido pelo Departamento Municipal de Meio Ambiente. **(AC)”**


**“Art. 23-B** Os empreendimentos que já se encontram em funcionamento, e que não possuam licença ambiental, terão o prazo máximo de 12 (doze) meses para se adequarem a legislação ambiental vigente. **(AC)”**

**Art. 5º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DOUTOR MAURÍCIO CARDOSO,**  
**16 DE JULHO DE 2013.**

**Registre-se e Publique-se**

  
**NOLI ROQUE AIMI**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

  
**NELSON ARI NUSKE**  
**SEC. MUN. DE ADM E FAZENDA**